

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo - PDUI-RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de Taboão da Serra Sub-Região Sudoeste

Data: 27 de abril de 2016

Local: Câmara Municipal de Taboão da Serra

Rua: Estr. São Francisco, 2013 - Jardim Henriqueta, Taboão da Serra - SP,

Horário: 18h

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo

**Abertura pela Mesa
Apresentação da Emplasa
Debates
Encerramento**

Representantes presentes

Institucionais

Emplasa:

Fernando Chucre
Eloisa Raymundo Holanda Rolim
Marcel Francisco Veiga

Coordenação do Conselho Consultivo da Região Sudoeste Consulti/SSAM:

Brígida Sacramento.

Superintendente no Conisud - Djalma Almeida

Representante da Sub-região no PDUI - Marcelo Motta.

Representante da Secretaria de Educação: Maria Luiza Cleto

Diretora da EMI: Dorinha

Sociedade Civil - Sra. Yamaguti, Sr. Mario e Sr. Leandro

Mais: conferir lista de presença

Prefeituras Municipais

José Paulino, representante do prefeito Carlão Camargo, de Cotia

José Ovídio, representante do Prefeito Francisco Brito, de Embu das Artes

Câmara Municipal

José Aparecido Alves (Vereador Cido da Yafarma) chefe do poder legislativo.

O Sr. **José Aparecido Alves**, vereador Cido da Yafarma, realiza a abertura oficial da audiência que ocorreu na sede da Câmara Municipal de Taboão, a qual preside.

Agradece a presença dos seus companheiros de mesa, Fernando Chucre, Brígida Sacramento, Djalma Almeida, Eloisa R. H. Rolim, dos demais presentes na casa representantes de prefeituras, Marcelo Motta, José Paulino, José Ovídio, Maria Luiza Cleto, e dos membros da sociedade civil. Enaltece a presença de líderes da comunidade com sua participação em discussões e trabalhos com a sociedade.

O vereador também ressalta a ampla divulgação realizada para a audiência e defende que os municípios juntos, Taboão da Serra, Itapeverica da Serra, Embu das Artes, Juquitiba, São Lourenço da Serra, têm força para conseguir mudanças, por exemplo, em relação à necessidade de um hospital para a região que atenda vários municípios e do manejo dos resíduos sólidos em conjunto, tendo em vista que Taboão da Serra gasta dois milhões de reais para coletar o lixo e levar até Caieiras.

Faz um apelo aos meios de comunicação presentes, Jornal Taboanense e Jornal Na Net, para ampliar a divulgação do que está sendo discutido e lembra que no plano não se deve pensar no imediato, mas na construção de uma sociedade melhor.

Fernando Chucre, representando o Governo do Estado de São Paulo através da Emplasa, agradece a recepção de Taboão da Serra e elogia a organização da Sub-região Sudoeste que, através do Consulti e dos Consórcios, tem feito reuniões entre os municípios. Destaca a oportunidade do plano em reunir na mesma mesa, governo federal, estadual e municipal, para identificar os problemas mais relevantes que, muitas vezes não podem ser olhados somente dentro da divisão administrativa. Cita como exemplo a questão dos resíduos sólidos, que se analisada em âmbito regional pode trazer ganhos econômicos e ambientais. Por fim, informa que a equipe da Emplasa está à disposição para qualquer esclarecimento.

Em seguida, **Brígida Sacramento**, reconhece o envolvimento do vereador e espera que sua participação ativa possa influenciar o engajamento de um maior número de parlamentares. Cumprimenta Fernando Chucre pelo comando do processo na Região Metropolitana de São Paulo e Djalma Almeida, pela abertura do espaço do Conisud para realização de reuniões da coordenação e de grupos de trabalho. Chama atenção dos presentes para o fato de serem cidadãos metropolitanos.

O superintendente do Conisud, **Djalma Almeida**, destaca a importância do órgão em reunir os oito municípios da Sub-região Sudoeste para discussão de políticas públicas, proposição de soluções e formação de uma identidade regional. Ressalta a importância da participação dos técnicos, da Emplasa, e coloca o Conisud como parceiro no processo.

A coordenação da mesa informa que as questões elaboradas deverão ser entregues para organização e posterior esclarecimento. Passa a palavra para **Eloisa Raymundo H. Rolim**, responsável técnica da Emplasa pela exposição do processo do PDUI, que inicia situando a RMSP como um fato urbano como poucos no planeta, repleto de desafios aos gestores.

Apresentação: Em seguida foi feita pela Sra. Eloisa apresentação elaborada pela Emplasa, anexada nesta pasta, que discorre sobre:

- **Estatuto da Metrópole.**
- **O que é o PDUI.**
- **Processo de elaboração do PDUI.**
- **Processo Participativo e Constituição da "Instância Deliberativa para aprovação do PDUI."**

Complementando a apresentação, **Fernando Chucre** esclarece que a eleição dos representantes que participarão do processo deliberativo acontecerá nas audiências regionais, e explica que a metodologia de se iniciar a discussão a partir de cadernos de propostas do poder público e em seguida acrescentar às provenientes da discussão com a sociedade civil, provém da experiência dos planos diretores municipais e do PDE de São Paulo.

José Aparecido dá início ao debate agradecendo a presença do Leandro, enfermeiro e diretor de uma UBS, e destaca a importância do tema da saúde para os municípios da região, onde o Hospital Geral do Pirajussara não é mais suficiente para atender à população que cresceu. Solicita que a pauta seja debatida.

A primeira **pergunta** do auditório questiona sobre a compensação aos municípios que prestam serviços ambientais, ao que **Fernando Chucre** responde que está previsto no plano o estudo de mecanismos de financiamentos e fundos para compensar os municípios que tem a responsabilidade de preservar áreas em detrimento de construções de indústrias ou habitação. Lembra que já há propostas na plataforma sobre o tema, e que vão ser discutidas nos grupos de trabalho e retornadas à sociedade civil. Lembra que outro exemplo passível de compensação são as cidades-dormitório, cujo município concentra a despesa, e a renda é gerada no município vizinho, onde a população trabalha.

Eloisa Raymundo H. Rolim complementa lembrando que o plano tratará de questões de âmbito regional, e não municipal, por exemplo, não versará sobre creches, escolas de primeiro grau, postos de saúde, etc, mas poderá abordar questões relativas a equipamentos de âmbito supra municipal tais como universidades, hospitais regionais, e outros. Daí deriva a importância de se identificar as centralidades e os territórios com grandes carências em infra-estrutura e serviços. **José Aparecido** ressalta que o Hospital Geral que citou é justamente de importância regional, além disso, caracteriza Taboão da Serra como uma cidade totalmente urbana e verticalizada, diferente das suas vizinhas que têm sua arrecadação reduzida devido às áreas de preservação existentes.

A segunda **pergunta** foi sobre a relação do plano com o setor da saúde, já debatida, ao que **Fernando Chucre** complementou que o plano discutirá as prioridades de investimentos e terá rebatimento na lei orçamentária do Estado, garantindo que os recursos sejam direcionados ao que foi acordado como prioritário, amarrando-se o planejamento com a alocação de recursos.

A próxima **questão** foi sobre a previsão de melhorias na BR, palco de constantes problemas quando chove. **Fernando Chucre** faz um paralelo com a Raposo Tavares

na região oeste e reforça que propostas poderão ser feitas a partir do que a sub-região considerar como prioritário. **Eloisa Raymundo** defende a importância do conhecimento da região no cotidiano da mobilidade, que ao identificar os nexos faltantes em termos de estrutura viária, colabora para complementar o viário de caráter metropolitano. **José Aparecido** lembra que a BR é de responsabilidade federal, cabendo aos municípios, juntos, pressionar por melhorias.

Em seguida, **Sr. Mário dos Santos** questiona como vai funcionar o fundo interfederativo. **Fernando Chucre** relata que ainda não há uma resposta e que o grupo de trabalho de governança interfederativa está discutindo um modelo que será apresentado e submetido a sugestões. Lembra ainda, que há outras questões em andamento e que o processo colegiado é difícil, pois sentam juntos além dos 39 municípios as diversas secretarias setoriais de estado. **Sr. Mário** complementa a pergunta questionando se esse fundo seria parecido com o FUNDURB destinado a obras específicas em cada município. **Fernando Chucre** esclarece que já há um fundo na Região Metropolitana de São Paulo, mas que ainda não foi regulamentado, e a dificuldade reside nisso, pois há várias propostas e teorias conflitantes que demandam tempo para serem acordadas. **Eloisa R. H. Rolim** acrescenta que é da natureza do plano a necessidade de pactuação com todos os municípios, e que escolhas terão que ser feitas. Defende que é preferível o plano conseguir implantar grandes ações de problemas complexos do que tratar de tudo e nada vingar.

A pergunta seguinte, também do **Sr. Mário** questiona se o plano diretor vigente do município terá que se adaptar às novas normas. **Fernando Chucre** esclarece que até três anos depois da lei do PDUI os planos diretores terão que ser revistos, principalmente as questões relacionadas ao planejamento territorial e macrozoneamento, evitando conflitos de interesses entre áreas limítrofes entre municípios, por exemplo.

A próxima pergunta, do **Luis**, indaga se haverá projetos para construção de escola estadual no município tendo em vista o crescimento da população. **Eloisa R. H. Rolim** reforça o âmbito regional do plano, que não tratará de escolas, mas pode discutir uma FATEC, por exemplo, onde é melhor alocar um centro de tecnologia, ou uma universidade. **Fernando Chucre** reforça que o que não for de escala regional é discutido nos planos específicos de cada área, e na questão da saúde e educação não seria profícuo opinar em planos que já têm seu modo de gestão consolidado.

A **pergunta** posterior questiona - "sabendo que os governantes incorrem em improbidade se não fizerem os PDUIs, qual a obrigatoriedade do poder legislativo em aprovar o plano e garantir a manutenção das propostas?". **Fernando Chucre** esclarece que a obrigatoriedade que o Estatuto da Metrópole estabelece é de que a Assembleia Legislativa aprove o plano até janeiro de 2018, tendo este que ser entregue em tempo hábil para tal.

Em seguida é **questionado** sobre como garantir que as propostas metropolitanas de interesse de uma sub-região não sejam preteridas em relação às de outras regiões. **Fernando Chucre** responde que a composição das instâncias deliberativas foi

formada de maneira a garantir a representatividade de todos, inclusive das sub-regiões com menos população, tentando minimizar o desequilíbrio entre os municípios.

A próxima **pergunta** questiona se "o plano e a discussão nas audiências podem possibilitar a construção de metrô em Taboão da Serra?". **Fernando Chucre** esclarece que a chance do plano interferir numa linha é muito pequena, são projetos grandes, de alto investimento, que demandam em torno de vinte anos e suscetíveis ao cenário econômico. O PDUI poderá identificar regiões com maior necessidade, mas intervir diretamente é difícil. Questionado como obras estruturais poderão ser aprovadas depois do plano, **Fernando** responde que o plano será revisto de dez em dez anos, então as propostas prioritárias já estão sendo discutidas e estarão no plano, não adianta resolver fazer uma linha de metrô que só para estudos técnicos demoraria sete anos, por exemplo. Além disso, a pactuação entre os entes inibiria o governo de plantão de alterar as prioridades. **Eloisa** reforça que o Plano deve se constituir em instrumento de apoio à atuação do Conselho Metropolitano e terá maior capacidade de influir no administrador público quanto maior for a atuação do Conselho Metropolitano.

Fernando defende a importância do grupo de governança interfederativa na gestão de orçamentos e cobrança no sentido de que o investimento seja direcionado ao que foi pactuado como prioritário.

Finda a sessão de perguntas a mesa passa às considerações finais, todos saudaram os presentes, os representantes institucionais e a sociedade civil, depositando confiança no processo de planejamento.